



3 e 4 de dezembro

III Encontro

de Educação, Direitos Humanos,
Gênero e Sexualidade

IMPLICAÇÕES DE GÊNERO NO TRABALHO INFANTIL EM UM ASSENTAMENTO PARAIBANO: PERCEPÇÕES A PARTIR DE UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Fernanda de Barros Melo¹

Lívia Leal Pereira²

Carlos Eduardo Costa e Silva³

RESUMO

O presente resumo deriva de um projeto de pesquisa que visou mapear, a partir das lentes teóricas da Psicologia Histórico-Cultural e da Psicologia Social do Trabalho, o trabalho infantil em um assentamento na região do litoral da Paraíba. Para tanto, é narrada a experiência dos integrantes do grupo de pesquisa no seu contato com o tema de trabalho e com as crianças assentadas, público alvo da atuação do projeto. A investigação realizada contou com 16 interlocutores, com idades entre 6 e 10 anos, a partir da aplicação de um questionário em uma escola localizada no assentamento e em uma Feira Agroecológica. Com isso, pudemos observar a naturalização do trabalho infantil nos contextos rurais, os atravessamentos de gênero, raça e classe nesse fenômeno e também o papel da Educação do Campo. Por fim, ressaltamos o comprometimento da Psicologia, enquanto produtora de saber, com os movimentos sociais do campo e com políticas públicas que promovam a erradicação do trabalho infantil.

Palavras-chave: Trabalho Infantil; Agricultura Familiar; Psicologia Social do Trabalho.

¹ Graduanda em Psicologia/UFPB.

² Graduanda em Psicologia/UFPB

³ Graduando em Psicologia/UFPB

INTRODUÇÃO

O presente resumo deriva de um Projeto Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC), intitulado “O trabalho Infantil no Campo: entre socialização e necessidade”. O projeto teve como objetivo geral a realização de um mapeamento do trabalho infantil rural em um assentamento do litoral paraibano, a fim de caracterizar as crianças e as atividades realizadas por elas. Além disso, também buscou identificar os atravessamentos de gênero, raça e classe e compreender como estão se dando seus processos de formação educacional. Esta pesquisa está vinculada ao Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre o Desenvolvimento da Infância e Adolescência (NUPEDIA), do Departamento de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e foi realizada sob orientação da Profa. Dra. Manuella Castelo Branco Pessoa.

À vista disso, pretendemos tecer reflexões sobre os atravessamentos de gênero no trabalho infantil realizado em um assentamento do litoral paraibano a partir das nossas vivências enquanto pesquisadores na área. Para isso, narramos nossas trajetórias durante a vigência do projeto e como foram nossos encontros com a temática e, principalmente, com o campo da pesquisa, no qual realizamos a coleta de dados com as crianças. Colocamos neste resumo a experiência de três integrantes, mas a realização do mapeamento contou com o trabalho de todos os pesquisadores envolvidos no projeto. Dessa forma, nosso relato também contém as observações, impressões e sentimentos que foram compartilhados e vivenciados por todos do grupo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O conceito de infância, enquanto uma parte do desenvolvimento humano, é uma construção social que perpassa por diversas transformações ao longo da história e das culturas. A atual concepção da infância enquanto um período que deve ser dedicado aos estudos e ao pleno desenvolvimento das funções superiores é recente (Alberto; Santos, 2011). No território brasileiro, historicamente, a utilização da mão de obra infantil era uma prática muito presente, principalmente, no período escravocrata. Essa prática foi naturalizada, especialmente, para as classes mais baixas, pois, dentro de um contexto precarizado, a utilização do trabalho infantil era uma forma de gerar sustento para a família.

Através da influência de normativas internacionais e também da luta dos movimentos sociais brasileiros, os direitos das crianças e dos adolescentes foram garantidos por lei, na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). Além disso, como uma forma de ratificação desses direitos, há a criação do

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que reconhece a criança e o adolescente como sujeitos de direitos e coloca como responsabilidade do Estado, da sociedade e da família oferecer para eles acesso à saúde, à educação, à cultura e ao lazer (Brasil, 1990).

Entretanto, nos contextos rurais, essas normativas e percepções ainda enfrentam entraves para serem efetivadas. Isto acontece porque não há investimento e efetivação, por fatores políticos e econômicos, de políticas públicas voltadas para esses contextos que estejam comprometidas com a qualidade de vida desses sujeitos. Com isso, o trabalho infantil no campo é marcado pela naturalização da inserção precoce das crianças em atividades, seja na agricultura ou no domicílio, o que complexifica o fenômeno e intensifica os impactos psicossociais da inserção precoce em atividades laborais nos sujeitos e na sua rede familiar.

Nessa conjuntura, Scopinho (2018), destaca a importância de se olhar para as novas demandas dos contextos rurais a partir de um olhar poliocular, ou seja, que considere a sociabilidade rural em sua singularidade e multideterminações, sem generalizar seus fenômenos, pois cada território possui suas especificidades. Para construir nosso pensamento, nos ancoramos na Psicologia Histórico-Cultural e na Psicologia Social do Trabalho, trabalhando com a Divisão Sexual do Trabalho. Essas perspectivas nos permitem partir das condições materiais de existência para compreender o trabalho, seus atravessamentos e impactos na subjetividade humana (Alberto; Santos, 2011; Vygotski, 1996, 2000; Calegare, 2015; Hirata; Kergoat, 2007).

METODOLOGIA

A pesquisa vinculada ao PIVIC teve como finalidade realizar um mapeamento do trabalho infantil em contextos rurais da região metropolitana de João Pessoa, Paraíba. Sua realização foi possível devido ao vínculo construído entre o núcleo de pesquisa e extensão e os trabalhadores da Feira Agroecológica. Assim, a coleta se deu no próprio espaço da feira e em uma escola municipal do assentamento. No total da coleta, aplicamos questionários com dezesseis crianças que tinham entre 6 e 10 anos⁴, sendo seis do sexo feminino e dez do sexo masculino. Ademais, todos eram residentes de zonas rurais e aceitaram participar de forma voluntária. Importante ressaltar que os responsáveis legais e a escola (local onde

⁴ Como critério para a idade utilizamos o Estatuto da Criança e do Adolescente que considera como criança sujeitos de até 12 anos incompletos (Brasil, 1990).

houve grande parte das aplicações) autorizaram, via assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), a participação das crianças na pesquisa.

Foi utilizado um questionário “mosquito” para o mapeamento do trabalho infantil. Após essa coleta, realizamos uma reunião para discutir a experiência e trocar informações, de forma a fortalecer nossas discussões teóricas com a vivência prática. Os questionários foram armazenados e, posteriormente, analisados através de uma planilha no Excel. A categorização na planilha teve por finalidade a uniformização dos dados para serem analisados de forma sistemática.

RESULTADOS

Nossas primeiras experiências na pesquisa foram momentos de formação teórica, realizadas de forma coletiva e semanal, sobre o trabalho infantil e sobre discussões que atravessam esse tema. Esses encontros foram essenciais para construirmos uma perspectiva sólida, ética, sensível e crítica sobre os fenômenos que estavam estudando e também para a nossa postura e atuação quando fôssemos a campo.

As duas primeiras aplicações foram realizadas na Feira Agroecológica, visto que o grupo já possuía aproximação com os trabalhadores. No dia que realizamos a aplicação dos questionários no assentamento, fomos para a escola municipal na parte da manhã. Era um dia bonito. Nos reunimos na UFPB e seguimos para o assentamento. A viagem durou cerca de uma hora e foi bem interessante perceber a movimentação dos lugares. Foi a primeira vez que alguns pesquisadores visitaram o território e despertou bastante curiosidade. Ao chegarmos lá, fomos bem recebidos pela coordenadora e professoras da instituição que prontamente já reservaram as salas para fazermos as entrevistas com as crianças.

As crianças tinham dificuldade de descrever suas rotinas e em nomear as atividades que desempenham, principalmente no tocante às atividades domiciliares. Isto nos revela uma dificuldade em considerar as atividades realizadas no ambiente doméstico como atividades de trabalho, por não se enquadrarem no escopo de atividades produtivas geradoras de lucro, fator que dificulta a identificação da realização dessas atividades pelas crianças (Alberto; Santos, 2011).

Assim, analisando por uma perspectiva de gênero, percebemos como o trabalho doméstico está presente nas atividades desempenhadas pelas meninas, visto que todas responderam que já realizaram alguma atividade no ambiente doméstico, mesmo que através de uma perspectiva de “ajuda”. As crianças do sexo masculino, um total de 6 entrevistados, também responderam expressivamente que já realizaram

atividades domésticas em seus lares. Todavia, é evidente como há uma concepção naturalizante que associa a figura feminina ao trabalho doméstico e de cuidado, disciplinando os corpos femininos, desde a infância, a ocuparem esses lugares (Hirata; Kergoat, 2007).

Na nossa experiência, que também fala sobre a construção coletiva do grupo, pudemos constatar os entraves para efetivação de políticas públicas no território do assentamento, tendo em vista que dos 16 participantes, todos relataram já terem auxiliado em alguma atividade de trabalho, enquanto 9 identificaram que já trabalharam. Além disso, também pudemos ver a complexidade e potencialidade dos territórios rurais, bem como a necessidade de efetivação de políticas públicas que se comprometam com o território e possibilitem qualidade de vida para esses sujeitos, de modo a diminuir as chances das crianças serem inseridas em atividades de trabalho de forma precoce (Alberto; Santos, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As idas ao assentamento para realização do mapeamento permitiram que conseguíssemos compreender e sentir o espaço rural, as suas dinâmicas e as realidades das pessoas e, mais especificamente, das crianças assentadas; no tocante às suas rotinas, às suas relações sociais e quais atividades – sendo elas trabalho ou não – são realizadas. Para além disso, permitiu articularmos as teorias estudadas com as vivências encontradas no campo, de modo a possibilitar um olhar poliocular e sensível sobre o fenômeno do trabalho infantil. Isto, sem dúvidas, contribuiu com a nossa formação acadêmica e subjetiva, na medida em que nos ofereceu subsídios e ferramentas para pensar criticamente o tema e as realidades rurais dentro do sistema econômico capitalista.

REFERÊNCIAS

ALBERTO M de F. P, SANTOS D. P dos. Trabalho infantil e desenvolvimento: reflexões à luz de Vigotski. *Psicol Estud*, 16(2): 209–18. 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.

CALEGARE, M. Rural-urbano, estudos rurais e ruralidades: saberes necessários à Psicologia Social. In: LIMA, A. F.; ANTUNES, M. C.; CALEGARE, M. (org.). **A Psicologia Social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil**. São Paulo: ABRAPSO, 2015. p. 437.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595–609, dez. 2007.

SCOPINHO, Aparecida Rosemeire. A Psicologia do Trabalho e os Trabalhadores das Ruralidades. *In*: Coutinho, M., Bernardo, M., & Sato, L. **Psicologia Social do Trabalho**. Rio de Janeiro: Vozes, 2018. p. 149-175.

VYGOTSKI, L. S. **Teoria e método em psicologia**. Trad. C. Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 1996.